

Calçadista teme perda na Argentina

Medida que atrasa exportação brasileira pode causar prejuízo de US\$ 80 milhões

Givaldo Barbosa/15-07-1999

• BRASÍLIA. A indústria calçadista brasileira poderá ter um prejuízo de, no mínimo, US\$ 80 milhões este ano, caso os governos do Brasil e da Argentina não cheguem a um acordo até a próxima quinta-feira. Nesse dia, entrará em vigor uma portaria que pode atrasar em cerca de três meses o ingresso de calçados do Brasil no país vizinho. A expectativa do Itamaraty é de que o presidente Carlos Menem concorde em adiar a medida por 60 dias.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), pelo menos três milhões de pares estão prontos para serem embarcados este mês, mas podem ficar encalhados nas fábricas por causa da medida. Outros cinco milhões de pares seriam vendidos até o fim do ano. O prejuízo de US\$ 80 milhões é calculado levando em conta o preço médio de US\$ 10 o par.

Calçadistas aguardam reunião extraordinária sobre o tema

— Essa medida inviabiliza os contratos e as negociações com os calçadistas argentinos, que viviam nos pedindo a criação de cotas de importação — diz o presidente da Abicalçados, Nestor de Paula.

Os calçadistas torcem para que, até quinta-feira, representantes dos dois governos façam uma reunião extraordinária. Mas o subsecretário para Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Itamaraty, José Alfredo Graça Lima, não confirmou o encontro.

— Estamos esperando uma resposta do Governo argentino — disse Graça Lima.

Segundo o subsecretário, se a Argentina não concordar em adiar a



EMBAIXADOR GRAÇA Lima: negociação depende de resposta dos argentinos

medida, o Brasil vai acionar os mecanismos de solução de controvérsias do Mercosul e, em última instância, a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o país. Além do prazo de 95 dias para a concessão de licença prévia (equivalente à licença de importação) para o ingresso de calçados brasileiros, a Argentina exige que os produtos importados contenham etiquetas identificando a origem das matérias-primas usadas na fabricação. O

Itamaraty também quer a exclusão do Brasil dessa resolução, ressaltou Graça Lima.

Preocupados com o aumento de quase 70% nas importações de calçados brasileiros, os argentinos pediam, inicialmente, uma cota de quatro milhões de pares por ano para as exportações brasileiras. Mas os dirigentes da Abicalçados não admitiam discutir esse volume, uma vez que as vendas para aquele mercado foram de onze milhões de pa-

res em 98. Com a adoção das resoluções pelo Governo argentino, o diálogo foi interrompido.

A Abicalçados marcou um novo encontro com a Câmara Calçadista Argentina para a próxima sexta-feira. A reunião não acontecerá, se não houver algo concreto nas negociações entre os dois governos.

— Tudo vai depender dos acontecimentos desta semana. Estavamos tentando chegar a um acordo sobre as cotas, mas não conseguimos fechar um número — disse o presidente da Abicalçados.

O adiamento de 60 dias pedido pelo Itamaraty ao Governo argentino é uma tentativa de prorrogar a negociação de um entendimento para depois das eleições presidenciais naquele país, previstas para o próximo mês. Essa também é a expectativa do presidente da Abicalçados. Na opinião de Nestor, ficará mais fácil conversar com o sucessor do presidente Menem.

Outras medidas protecionistas podem ser adotadas até a eleição

O Governo sabe que, como o presidente Menem está sendo fortemente pressionado pelos empresários, outras medidas protecionistas podem ser tomadas até as eleições. Os argentinos querem compensações para os prejuízos que tiveram com a desvalorização do real.

A Argentina também busca uma alternativa para o fim das listas de adequação, ocorrido em janeiro deste ano, quando quase 200 produtos brasileiros passaram a entrar livremente no mercado argentino, sem tarifas de importação. Os calçados são o principal exemplo dessa nova realidade. ■